

# TRANS 2018



Congresso e Feira Internacional de Transportes e Logística Sustentável da Amazônia

**Painel: Desenvolvimento Regional:  
Navegação Interior, Portos e Hidrovias**

**José Di Bella Filho**

Diretor Presidente

[jose.dibella@abtp.org.br](mailto:jose.dibella@abtp.org.br)

# Agenda

1. ABTP
2. Setor Portuário
3. **Desafios do Infraestrutura no país**
4. **Impactos operacionais e no investimento setorial**
5. Conclusões



# 1. ABTP

- Constituída em 1989;
- Representa os Terminais Portuários **Arendados e Privados** (TUP), com mais de **60 associados** em toda a costa brasileira, que são responsáveis por mais de **70% da movimentação portuária** do País;
- Terminais associados geram ~ **90 mil** empregos diretos e indiretos;
- Participa ativamente da representação do setor portuário junto ao GOVERNO FEDERAL, AGÊNCIA REGULADORA, CONGRESSO e ÓRGÃOS DE CONTROLE ;

## Bandeiras:

Compreensão da dinâmica concorrencial do setor portuário como atividade regulada

Importância do setor no desenvolvimento da economia e da competitividade dos produtos brasileiros.



## 2. Setor Portuário Brasileiro (2017/16)

Fonte: ANTAQ

- Crescimento de 8,3% com 1,086 bi toneladas movimentadas nos Portos Públicos e Terminais de Uso Privado (TUP);
- Contêineres movimentou 106,2 MM ton (+6,1%) e 9,3 MM de TEUs (+5,7%);
- Granel Sólido cresceu 10,3% (695,4 MM ton). Milho (+71,8%) e Soja (+31,5%);
- Granel Líquido movimentou 230,2 MM ton (+3,8%)
  - Importação de derivados de petróleo aumentou + 32% enquanto que a exportação de petróleo bruto aumentou 19%.
- TUP movimentaram 721,6 MM de ton (+9,3%). Portos Públicos cresceram 6,3% (364,5 MM de ton);
- A movimentação de cargas aumentou 22,7% nos portos públicos e 32,9% nos terminais de uso privado de 2010 a 2017. O total de crescimento da movimentação de cargas ficou em 29,3%.



## 3. Desafios do Setor Portuário

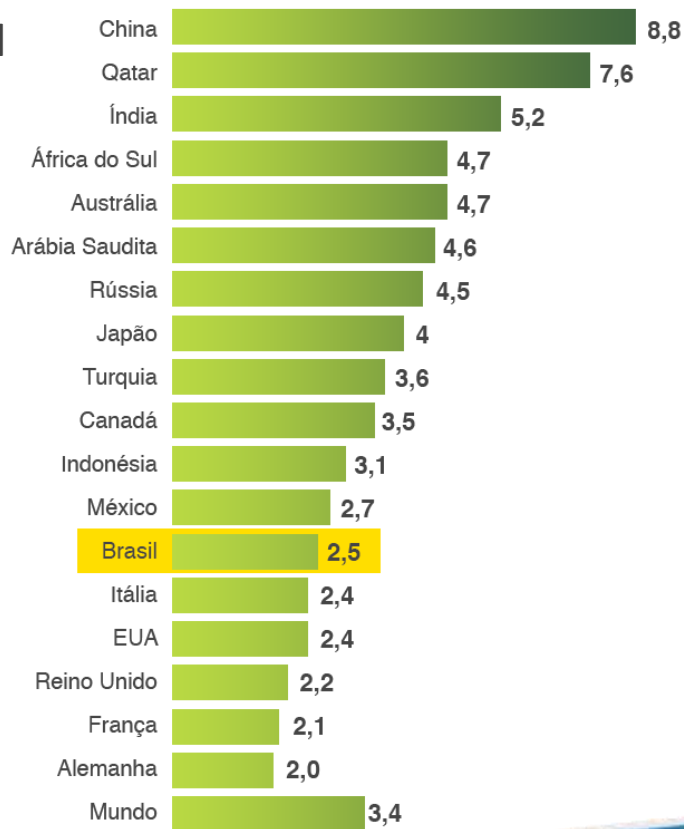
- Regulatório.
- Infraestrutura.
- Operacional
- Qualificação (trabalho, treinamento).
- Órgãos anuentes.



### 3. Desafios do Infraestrutura no país

Gastos em infraestrutura no Brasil e no Mundo (% do PIB)

Fonte: BNDES



### 3. Desafios do Infraestrutura no país

Gastos em infraestrutura no Brasil  
e no Mundo (% do PIB)

	2011	2012	2013	2014	2015
Energia elétrica	1,05	1,18	0,94	0,93	0,93
Saneamento	0,22	0,22	0,22	0,23	0,15
Telecomunicações	0,59	0,59	0,6	0,59	0,35
Logística	0,63	0,66	0,65	0,63	0,42
Rodovia	0,4	0,34	0,32	0,29	0,2
Ferrovias	0,11	0,14	0,15	0,11	0,08
Portos	0,08	0,12	0,05	0,05	0,07
Aeroportos	0,03	0,06	0,13	0,08	0,07
<b>TOTAL</b>	<b>2,48</b>	<b>2,65</b>	<b>2,41</b>	<b>2,38</b>	<b>1,86</b>

Fonte: BNDES



### 3. Desafios do Infraestrutura no país

Gastos em infraestrutura no Brasil  
e no Mundo (% do PIB)

	China	Japão	Índia	Outros	Oriente Médio e África	Leste Europeu / Eurasia	União Europeia	Estados Unidos	America Latina
<b>Rodovias</b>	2,7	2,4	0,7	0,9	0,6	0,7	0,6	0,6	0,3
<b>Ferrovias</b>	1,2	0,2	0,5	0,2	0,4	0,2	0,3	0,1	0,1
<b>Portos</b>	0,3	0,1	0,1	0,1	0	0,2	0,1		0,1
<b>Aeroportos</b>	0,2	0,1	0	0,1	0	0,2	0,1	0,1	0
<b>Energia elétrica</b>	2,3	1,2	1,9	1,1	0,9	1,2	0,6	0,7	0,6
<b>Saneamento</b>	1,1	0,8	0,4	0,8	1	0,3	0,5	0,4	0,4
<b>Telecomunicações</b>	0,7	0,3	1,2	0,8	0,7	0,5	0,5	0,7	0,4
<b>Total</b>	<b>8,5</b>	<b>5</b>	<b>4,7</b>	<b>3,9</b>	<b>3,6</b>	<b>3,3</b>	<b>2,6</b>	<b>2,6</b>	<b>1,8</b>

Fonte: BNDES





## 4. Impactos operacionais e no investimento setorial

### Decreto 9048/17

- Trouxe avanços importantes para o setor
- Corrige distorções da regulamentação da Lei 12815
- Torna a política portuária nacional alinhada às melhores práticas internacionais
- Reduz a burocracia para melhor decisão dos investimentos necessários
- Introduce procedimentos claros para as revisões e prorrogações dos arrendamentos

### Prioridades:

- Consolidação das **adaptações** contratuais para o novo regime
- **Atualização das Portarias e Resoluções** alcançadas pelo Decreto.



# 1. Avanços comuns do Decreto nº 9.048/2017

- ✓ Plano Geral de Outorgas (art. 2º, parágrafo único e incisos I e II e art. 3º, parágrafo único e incisos I e II );
- ✓ Transferência de titularidade ou controle societário (art. 2º, IV e V, e art. 3º, I e VII);
- ✓ Competência arbitral da ANTAQ (art. 3º, III, VIII);
- ✓ Acesso excepcional de terceiros (art. 44, parágrafo único); e
- ✓ Regulamentação de outras formas de ocupação e exploração de áreas e instalações portuárias (art. 47-A).



## 2. Avanços para Terminais Arrendados

### Fases de Estudo e Licitação

- ✓ Qualidade dos EVTEAs (art. 6º, caput e §§ 4º e 5º);
- ✓ EVTEAs simplificados (art. 6º, § 1º, IV);
- ✓ Critérios de julgamento (art. 9º, IV a VII e §§ 1º a 3º [revogados]); e
- ✓ Prazo para apresentação de proposta e Audiência Pública (art. 11, caput e §§ 3º e 4º).

### Fase de Execução Contratual

- ✓ Prazos e condições de prorrogação (art. 19);
- ✓ Prorrogação antecipada (art. 19-A);
- ✓ Aprovação de investimentos em arrendamentos e concessões (art. 2º, V e 42);
- ✓ Investimento fora da área arrendada, mediante reequilíbrio (art. 42-A) ;
- ✓ Antecipação de receitas de valor de arrendamento, para fins de realização de investimentos imediatos (art. 42-C);
- ✓ Expansão de área (art. 24);
- ✓ Substituição de área (art. 24-A);
- ✓ Revisão de cronograma de investimentos (art. 24-B); e
- ✓ Exploração de áreas não afetadas à exploração portuária (art. 25, § 2º).

### 3. Avanços para Terminais Autorizados

- ✓ Tempo de início da operação (art. 26, § 1º);
- ✓ Simplificação do processo de autorização (arts. 27, 33 e 34);
- ✓ Análise de viabilidade locacional (art. 30);
- ✓ Garantia de Execução (art. 32, § 4º);
- ✓ Operações de transferência de titularidade, ampliação da área, alterações no cronograma físico e financeiro (art. 35);
- ✓ Minuta padrão do Contrato de Adesão (art. 35-A); e
- ✓ Investimento em infraestrutura pública custeada por tarifa (art. 42-B).



## 4. Impactos operacionais e no investimento setorial

### Leilões de arrendamento de áreas portuárias

- Revisão dos estudos e prioridade nos leilões para o **novo cenário econômico**.
- Necessário **equilíbrio das políticas** públicas para **prorrogação ou licitação**
- Privatização dos Portos Organizados x Concessão de áreas portuárias
  
- **Riscos da burocratização dos processos**



## 4. Impactos operacionais e no investimento setorial

### Revisão do *WACC* retira atratividade do setor e deprecia os ativos da União

- Revisão infundada do *WACC (weighted average cost of capital)* de 10% para 8,03%
- **400% de aumento** no custo de outorga dos leilões de arrendamento
- **40 a 400% de aumento** no custo do arrendamento para as prorrogações
- Penaliza mais os terminais com maior investimento e atração de cargas



## 4. Impactos operacionais e no investimento setorial

### O setor portuário está perdendo competitividade – IPTU, ISS e EIV

- **STF** decidiu pela cobrança para os arrendatários de bens públicos que exploram atividade econômica com fins lucrativos.
- Há 20 anos o STF vem dando decisões de imunidade recíproca dos bens da União
- Decisão tem repercussão geral para todas as concessões de infraestrutura
- Prefeituras estão cobrando passivos de mais de 20 anos – estima-se mais de R\$ 6 bilhões
- IPTU vai onerar os arrendamentos portuários – estima-se mais de R\$ 10 bilhões em 25 anos
- Aumento custo do **ISS**, para cada R\$1,00 arrecadado pelas AP as Prefeitura recebem R\$ 2,00
- Prefeituras vem arbitrando valores na avaliação do impacto de vizinhança - **EIV**



## 4. Impactos operacionais e no investimento setorial

### Regulação dos Serviços de PRATICAGEM

- **Serviço essencial**, garantia da segurança e operacionalidade das vias navegáveis e portos.
- **Liberdade de contratação e de negociação de preços**
- Praticagem atua como monopólio – **RODIZIO ÚNICO** estabelecido na NORMAM
- Entidades Portuárias e da navegação - conjunta e ordenada – CC, MTPAC e Congresso
- Acompanhamento de Projetos de Lei em análise na Câmara e no Senado
- Regulação pelo poder público para coibir abuso de posição dominante
- Possibilidade de empresas de navegação terem seus próprio práticos habilitados





## 5. Conclusão / Sugestões de melhoria

### Segurança jurídica para o setor – Necessária

- Regulação do setor portuário está no limbo - Inércia
- Adaptações dos contratos não estão sendo feitas
- Arrendamentos e terminais privados não conseguem a conclusão de suas alterações contratuais para investimentos necessários

### Prorrogações ordinárias ou antecipadas priorizadas nas políticas setoriais

– Trazem resultados imediatos e adequados para atender a demanda

**Licitações** de arrendamentos ou concessões devem ser atrativas ao momento econômico restritivo





Associação Brasileira  
dos Terminais Portuários

# Obrigado!

José Di Bella Filho

Diretor Presidente

[jose.dibella@abtp.org.br](mailto:jose.dibella@abtp.org.br)

